

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MEIO CAMPESSINO NO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE.

Carla Mylena Florêncio da Silva; Marília Rafaela Silva de Lima; Amós Santos Silva

Universidade Federal de Pernambuco-Campus Acadêmico do Agreste

Carlamylena17@gmail.com

mariliarslima@gmail.com

amossantoss10@gmail.com

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre às práticas educativas decorrentes das vivências diárias no contexto da sala de aula no processo de inclusão das crianças com necessidades especiais em escolas públicas. Primeiramente pretende-se buscar uma compreensão teórica acerca da distinção entre o que é inclusão e integração escolar, para tal, discorre-se a partir das contribuições de Mantoan (2003), Carvalho (1937), Jover (1999), Rodrigues (2006), e Werneck (1997). Após este percurso teórico-metodológico, apresenta-se uma relação encontrada no estudo de campo entre um docente e um discente com deficiência auditiva, isto feito nas considerações acerca das ações educativas evidenciadas em uma escola pública localizada no meio campestre na cidade de Caruaru-Pernambuco, almejando com isso apresentar aos profissionais da educação um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de sua ação educativa. Para tal, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória por meio de um estudo de campo, aonde os dados foram coletados por meio da observação participante, conversas informais, e entrevistas feitas com os envolvidos na rotina de trabalho de referida escola. Concluiu-se que a educação inclusiva não está efetivamente de maneira correta na escola estudada, visto que evidenciou-se diversos empecilhos, como a inexistência de um espaço físico adequado e a falta de professores capacitados para o trato com os alunos deficientes.

Palavras-chaves: Integração Escolar, Inclusão Escolar, Inclusão no Ensino Público, Trabalho Docente.

INTRODUÇÃO

Historicamente a inclusão escolar passou por inúmeras transformações no que diz respeito à legislação e sua efetivação para a melhoria do atendimento do deficiente nas escolas regulares. Reiterando que a educação inclusiva objetiva uma melhoria no atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino público. Assim a educação inclusiva ao longo dos anos tornou-se pauta e temática para debate pelos órgãos educacionais, concomitantemente pelos que impetram forças para que a educação de fato seja “(...) é um direito de todos” (LDB, Lei nº 9394/96), e que a escola pública – democrática e gratuita – seja norteada, entre outros princípios, pela igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

No Brasil ao longo dos anos, à educação especial foi sendo constitucionalizada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 4.024/61). Em seguida fora promulgada a Lei 5.692/71 (LDBEN), aonde tal lei só obteve maior efetivação após a elaboração de leis na Constituição Federal de 1988. A partir da referida constituição o princípio da educação inclusiva “Educação e igualdade direitos para todos” fortaleceu-se, incentivando assim, à criação de leis, declarações e programas como: “Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, Normas Uniformes sobre a Linguagem de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, Declaração Mundial sobre Educação para Todo, Declaração de Salamanca de Princípios, entre outros” (EDUCAÇÃO, 1999).

Neste contexto de compreensão da educação especial e/ou inclusiva relacionada a uma nova concepção de educação e de prática educacional que aborda às diferenças dos sujeitos, propomo-nos investigar sobre como ocorre à inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular localizada no município de Caruaru-Pernambuco. Para tal exercício de pesquisa propomos a seguinte problematização: como ocorre à inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular no município de Caruaru-Pernambuco?. Elencamos como objetivo geral, compreender como ocorre à inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas de ensino regular no município de Caruaru-Pernambuco, e após, desmembramos como objetivos específicos, identificar se as crianças estão de fato incluídas e como é o relacionamento com às demais crianças, e por fim, apontar quais são os elementos que dificultam o processo de inclusão na referida escola tomada como campo de estudo.

Tal estudo sobre esta temática decorreu *a priori* do vínculo estabelecido com a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP1) – na qual é proposta uma atividade investigativa sobre qualquer objeto de estudo de interesse dos discentes – e pela convivência com pessoas com deficiências durante a vida escolar dos autores desta pesquisa, acarretando um interesse em aprofundar os conhecimentos acerca da educação inclusiva. Pressupomos por fim que a questão da inclusão de crianças deficientes nas escolas de ensino regular encontra muitas barreiras, para que, de fato aconteça, pois, muitas vezes a escola não possui um ambiente adequado para atender essas crianças, e as entidades governamentais não disponibilizam verbas suficientes para que ocorra a adequação dessas escolas, bem como os profissionais da educação não possuem ainda qualificação adequada para cuidar e proporcionar o pleno desenvolvimento das crianças deficientes.

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

Dentre os debates no âmbito teórico-conceitual da educação especial existe um embate acerca das ações executadas na escolar no processo de inserção de alunos com necessidades educacionais especiais. Tal debate ocorre pela diferenciação que é feita entre a “integração escolar” e a “Inclusão escolar”. Discorreremos a seguir sobre os princípios conceituais dos dois termos, sendo analisados a partir de autores conceituados no âmbito da problemática da educação especial.

O movimento de “integração” de crianças com deficiência surgiu conforme Mantoan (2003, p. 15) “(...) nos países nórdicos em 1969, no momento em que se questionaram às práticas escolares e sociais de segregação existentes até então”. Para Mantoan (2003) a integração, nos dias atuais, vem sendo compreendida de maneiras distintas, pois, a Integração diz respeito à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, contudo, esta palavra esta sendo mais comumente utilizada para indicar alunos agrupados em escolas especiais, para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais.

Parafrazeando o que diz Mantoan (2003), Carvalho (1937) afirma que:

A integração escolar tem sido conceitualizada como um processo de ensinar/educar crianças ditas normais junto com crianças portadoras de deficiências, durante sua permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e dinâmico, que assume várias formas segundo as necessidades e características de cada aluno, sempre levando-se em consideração o seu contexto socioeconômico (CARVALHO, 1937, p. 36).

Compreendemos assim que processo de integração é o que geralmente ocorre nas escolas, pois, a integração ocorre de maneira que o aluno pode migrar, dentro do sistema escolar, da classe regular ao ensino especial, em todos os seus tipos de atendimento. Para Mantoan (2003, p. 15) “pode-se considerar este processo como uma inserção parcial, visto que gera a segregação do aluno”, a mesma acredita que essa migração de escolas comuns para serviços de educação especializados faz com que os alunos percam o interesse na educação do ensino regular.

Em contrapartida à integração, o conceito de Inclusão vem para fazer uma abrangência no que tange a compreensão de uma educação democrática, conjunta, cooperativa, e solidária. Como observamos a partir de Carvalho (1937):

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais, com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver (CARVALHO, 1937, p. 38).

Portanto a inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. A inclusão é oposta a integração, pois,



“(…) a inclusão pressupõe inserção escolar de maneira completa, eficiente e sistemática, sem exceções, onde todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p. 18).

Nesta abordagem teórico/conceitual, evidenciamos que à inclusão escolar aponta pra um novo horizonte, onde as atitudes são conduzidas para o compromisso com as minorias, visto que como explicita Werneck (1997, p.42) "A inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados". Desta forma se faz necessário que haja uma preparação na escola para que possa incluir o aluno especial e não ao contrário, como reitera Jover (1999, p. 48) afirmando que “(…) à integração significa a inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade. Já à inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania”.

Sabe-se que segundo a constituição, todas as pessoas nascem com a igualdade de direitos e a liberdade de escolha. Por isso o espaço escolar hoje deve ser visto como um espaço para todos, para se construir uma sociedade inclusiva compromissada em incluir os indivíduos com necessidades educativas especiais, buscando respostas para atender à diversidade, o enriquecimento do processo pedagógico, e propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. Como diz Mantoan (1997, p.68) “[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos.”

Com esta universalização do acesso à escola e outros espaços de educação, cabe aos envolvidos na educação o desafio de disseminar conhecimentos que melhore a qualidade de vida, além disso, o educador precisa aprender a identificar e atender às necessidades especiais de todas as crianças, sem exceção e sempre utilizando atividades que envolvam as diversidades e especificidades.

Segundo Rodrigues (2006):

A escola que se pretende inclusiva deveria promover a Educação conjunta de todos os alunos, não perdendo de vista as condições diferenciadas do desenvolvimento [...] finalmente, a escola deveria romper com barreiras atitudinais, com cânones pedagógicos, os quais, por vezes, involuntariamente e de forma irracional, limitam a aprendizagem (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Diante disso, observa-se que a escola, como espaço inclusivo, deve considerar o sucesso de todos seus alunos, sem exceção, elaborando um projeto educativo que considere às diferenças, e que aborde o desenvolvimento de ações voltadas para o processo inclusivo de alunos com necessidades especiais garantindo à aprendizagem desses sujeitos.



METODOLOGIA

Esta pesquisa realizada foi fundamentada em uma abordagem de pesquisa qualitativa e exploratória, através do estudo de campo. Conforme André (1995, p. 17) a pesquisa qualitativa se caracteriza por ser um “[...] estudo do fenômeno em seu acontecer natural” se opondo ao método quantitativo de pesquisa, levando em conta todos os componentes de uma situação. É rica em dados descritivos, com um plano aberto e flexível, focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada.

Foi realizado um estudo de campo, que se faz de acordo com Gil (2002, p. 53) “No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo.”

A pesquisa contou como procedimentos metodológicos para alcançar seus objetivos, à observação direta, que é utilizada para conseguir informações, utilizando os sentidos para obter determinados aspectos da realidade. Contou também com entrevista, para possibilitar a melhor compreensão de questões vistas de um ponto de vista diferente, e com o de diário de campo para registro dos acontecimentos do ambiente escolar. Realizou-se o registro fotográfico do ambiente escolar, e por fim com a análise de conteúdo para a discussão dos dados obtidos.

A presente pesquisa tomou como sujeitos de pesquisa: uma professora do pré II; e um aluno deficiente auditivo que a pesquisa se limitou a observar, dando-lhe o nome fictício de A1. A pesquisa fora realizada em uma escola municipal da zona rural de Caruaru, localizada na Vila São João – Xicuru (única escola nesta localidade), 3º distrito de Caruaru. Tal escola atende alunos do ensino fundamental I e II e também alunos de bairros circunvizinhos. Em um total de duzentos e sessenta e seis alunos, conta com uma equipe de dezenove professores, uma diretora, um assistente administrativo, uma secretária, uma psicopedagoga (que atua com as crianças deficientes na sala de Atendimento Educacional Especial), três merendeiras e um vigilante, além de possuir uma proposta curricular seguindo parâmetros da secretaria municipal de educação de Caruaru.

A escola possui seis salas de aula, uma secretária que funciona junto com a sala da direção, uma sala dos professores que funciona no mesmo espaço em conjunto com a biblioteca, um pátio, uma cozinha, uma sala de informática, uma sala de Atendimento Educacional Especial, um almoxarifado e três banheiros (feminino, masculino e um dos professores). Não possui quadra esportiva, por isso os alunos têm suas atividades de lazer realizadas em uma área sem piso e sem cobertura nos arredores da escola.

Os dados coletados na pesquisa foram analisados por meio dos objetivos, divididos em dois momentos. Primeiro analisamos o que as observações obtidas que estavam nas anotações dos diários de campo apresentavam, e analisamos os dados presentes na entrevista realizada no campo de estudo da pesquisa, onde construímos uma grelha de dados para organizar as informações. Assim chegamos aos resultados que foram expostos também agrupados em dois tópicos de acordo com cada objetivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Machado (1967) diz que no imaginário social, a deficiência tem foros de doença exigindo, portanto, cuidados clínicos e ações terapêuticas. Assim, podemos confirmar essa teoria de incisão do fator patológico em meio à deficiência, na entrevista realizada no campo empírico na resposta do E1, para a primeira pergunta: “Inclusão é possibilitar a um deficiente a oportunidade de interagir na escola regular com outras pessoas normais diferentes dele” (E1, novembro, 2015).

Desse modo, notamos que o entrevistado E1 ao falar sobre o “normal” traz à discussão atribuições de segregamento construídas socialmente, isto é, a separação entre o que é “normal” e “anormal”. Essa construção é feita no meio social, de acordo com as atribuições dos sujeitos no sentido de “separar” as pessoas por padrões cultivados ao longo do tempo. Portanto, notamos que o passo inicial para que a política pública de educação inclusiva, de fato, se efetive com sucesso, é superar essas associações existentes que são arraigadas no imaginário social (deficiência = doença) quebrando esses padrões de normalidade.

Ainda analisando a resposta dada por E1 na primeira pergunta, podemos observar que este, não definiu o que seria inclusão, mas sim, integração. Pois como nos diz Carvalho (1937, p. 36) “a integração escolar tem sido conceitualizada como um processo de ensinar/educar crianças ditas normais junto com crianças portadoras de deficiências”, isso mostra que possivelmente, as crianças deficientes não estão sendo incluídas nesta escola, diante de que o E1 não está ciente do significado de inclusão. Isso foi observado durante a estadia em sala de aula, onde não se percebeu a preocupação da professora para com o A1 durante as atividades, mostrando que este estava integrado em sua sala.

Outro ponto fundamental são as adaptações que a escola necessita fazer para proporcionar a real inclusão do deficiente, pois como nos mostra Rodrigues (2006, p. 11) “[...] a escola que se pretende inclusiva deveria promover a Educação conjunta de todos os alunos” e nesse momento a escola encontra dificuldades para isto, pois, na maioria das vezes, não são disponibilizadas verbas



para que a escola possa se adequar para receber os alunos deficientes.

No processo inclusivo, a escola desempenha um papel fundamental, pois são as mediadoras entre o cumprimento da lei e sua prática na sala de aula, através do trabalho dos professores, entretanto, como nos fala Carvalho (1937) “há muitos desafios a serem enfrentados para que a inclusão seja, de fato, realizada com sucesso, tais como: adaptações físicas e curriculares da escola [...]. Assim, na quarta pergunta de todas as entrevistas (1, 2 e 3), questões em relação a mudança são propostas pelos sujeitos entrevistados, e com maior regularidade encontra-se a adaptação do espaço físico da escola e a qualificação dos professores em atender essa demanda de alunos deficientes. Como observamos nas falas a seguir:

“A escola necessita de mais suporte, material de apoio e principalmente profissionais qualificados para atender esses deficientes” (E1, novembro, 2015).

“É sempre necessário investir, tanto no espaço físico, como também com recursos e materiais que auxiliem em melhores condições para as necessidades e aprendizagem do aluno” (E2, novembro, 2015).

“A escola necessita de uma melhoria na questão do espaço físico, e mais funcionários para oferecer uma melhor educação para os nossos alunos” (E3, novembro, 2015).

Foi observado pelo grupo, às questões apresentadas nas respostas de E1, E2, e E3, vimos que a escola necessita de mais recursos para atender as crianças e isso também foi colocado pela psicopedagoga quando nos disse, em uma conversa informal, que faltam verbas para adequar o espaço físico, visto que, inclusive, a sala de Atendimento Educacional Especial é demasiado pequena para que no espaço sejam atendidos os deficientes, e apenas uma profissional não dá conta de fazer o atendimento adequado.

Desse modo, percebe-se então, que para a escola se tornar realmente capaz de incluir uma criança deficiente, é necessário a capacitação dos docentes e uma melhor estrutura física para atender esses alunos.

CONCLUSÕES

Na abordagem desta temática fica-se evidente a importância da inclusão do deficiente nas escolas regulares de ensino. Através das entrevistas e observação podemos constatar que a educação inclusiva não está efetivada de maneira como deveria na escola, tendo como empecilho a inexistência de um espaço físico adequado e a falta de professores capacitados para atender as

crianças portadoras de deficiência.

Com relação ao pressuposto que previa que a questão da inclusão de crianças deficientes nas escolas de ensino regular encontra muitas barreiras para que, de fato, aconteça. Pois, muitas vezes, a escola não possui um ambiente adequado para atender essas crianças, e o Governo não disponibiliza verbas suficientes para que ocorra a adequação dessas escolas. E os professores não estão qualificados para cuidar e proporcionar o pleno desenvolvimento das crianças deficientes. Podemos constatar como válido, pois foram essas as dificuldades apresentadas pelos entrevistados e percebidas pela nossa observação.

Desse modo pode-se notar que várias leis regulamentam o sistema e a política educacional de inclusão, ressaltando um novo olhar em relação às diferenças. Entretanto, podemos perceber que a legislação pode estar voltada para o processo de inclusão de pessoas portadoras de deficiências, porém, a inclusão de fato não acontece. As leis são importantes, mas, apenas elas não funcionam, é necessário que todos tenham uma visão ampla da realidade educacional do país e que a comunidade escolar possua consciência da problemática que envolve essa questão analisando se realmente está voltada para a política de inclusão e não de integração, que é o que mais acontece nas escolas regulares. Além disso, o currículo existente nas escolas regulares ainda não está flexibilizado para trabalhar com estes indivíduos, sendo outro ponto que se deve repensar para atender a estas crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP, 1995.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – 5 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2013/abr/proavi---lei-n-93941996.pdf>>. Acesso em: 10 de maio 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Editora mediação, 1937.

_____. **Escola Inclusiva, a reorganização do trabalho pedagógico**. Editora mediação, 1937.

EDUCAÇÃO, Ministério. Secretaria de Educação à Distância. **Educação Especial: tendências atuais, salto para o futuro**. Brasília, 1999.



JOVER, Ana. **Preparando a Escola Inclusiva**. In: *Revista Nova Escola*. Editora Abril, nº123, 1999.

MACHADO, Rosângela, **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**. Cortez editora, 1967.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **História da Educação Especial no Brasil**. In: *Temas em Educação Especial*, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol. 1, 1990, pp. 106-107.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



